

LUTAS SOCIAIS NO BRASIL (1960-1964)

*Daniela Vallandro de Carvalho**

*N*o início do século XX, o Brasil assiste, nas grandes capitais, a um processo de modernização e industrialização em larga escala, que se faz acompanhar do crescimento de um proletariado cujas reivindicações tornam-se concretas à medida em que se consolida a nova classe social. É na luta por melhores condições de subsistência que os operários vão reunir-se em associações e sindicatos.

Na era varguista, os movimentos sociais e suas entidades passam por um momento de conciliação de interesses em que o Estado intervém com medidas de cooptação dos trabalhadores, o que os vem debilitar politicamente. Em contrapartida, surge no cenário nacional uma poderosa classe, a burguesia industrial, que romperá enfim com a convergência do modelo populista.

Esse contexto propicia o golpe militar de 1964, quando as classes trabalhadoras urbanas e camponesas, aliadas a um governo reformista, são sufocadas pela única alternativa eficaz aos olhos da elite. Dessa forma, por vários anos subsequentes, calam-se as justas reivindicações populares.

* Licenciada em História pelo Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (RS). Trabalho orientado pela professora Lenir Cassel Agostini, da mesma Instituição.

Movimentos sociais no Brasil

Os movimentos sociais no Brasil surgem, efetivamente, na segunda metade do século XIX, ainda sob o governo imperial, em um contexto de transição do modelo escravocrata para o modelo assalariado. Trata-se de um período em que as idéias reivindicatórias começam a germinar, lenta e gradualmente. Os movimentos são vários, porém na grande maioria possuem conteúdos difusos e contemplam interesses locais e regionais, não atingindo âmbito nacional, nem questionando o modelo de sociedade vigente. A “Cabanagem”, ocorrida no Pará entre 1835 e 1840, foi o mais notável movimento popular no Brasil Imperial e o único em que as camadas mais inferiores da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província durante um certo período.

Nos anos que sucedem este movimento, é possível observar uma capacidade mobilizatória crescente, orientada pelas idéias de ajuda mútua que propunham basicamente ações de caráter assistencialista, como a formação de uma caixa-pecúlio entre os associados; porém os mutualistas não estimulavam o questionamento da ordem sócio-política e econômica em vigor.

É neste momento que começam a surgir as primeiras fábricas no Brasil e é junto a elas que irão se desenvolver as associações operárias, primeiramente nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em 1858 ocorre a primeira greve na cidade do Rio de Janeiro, talvez a primeira greve do Brasil, realizada pelos tipógrafos.¹

O período de formação dos movimentos sociais, bem como o das primeiras associações, reivindicações e greves foi profundamente marcado por um sistema violento e por uma sociedade em transição, sob forte repressão militar.²

As organizações populares foram se estruturando à medida que cresciam as necessidades e o descontentamento do operariado. Em um período de aproximadamente vinte anos, o número de fábricas no Brasil teve grande aumento, passando de 9 fábricas com 768 operários em 1866, para 636 fábricas com 54.169 operários em 1889, segundo dados de Paul Singer.³

Todo o período em que se estabelece a gênese dos movimentos sociais no país está envolto por uma diversidade de correntes ideológicas, as quais só vão se definir no início do século XX, com a predominância do anarco-sindicalismo sobre as demais, principalmente sobre a social-democracia alemã

¹ LINHARES, Hermínio. *Contribuição para a história das lutas operárias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

² PEDROSO, Elizabeth. M. K. *Movimento sindical urbano no Brasil 1850-1997*. Trajetórias, características e desafios. Porto Alegre: Avangraf, 1998.

³ SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. 5. ed. São Paulo: Atual, 1988.

trazida pelos imigrantes como um braço obreiro da social-democracia européia. Em meio a esse mosaico ideológico surgem diversos partidos socialistas e operários, porém nenhum conseguiu se impor frente às massas, e foram de vida efêmera.

Nos primeiros anos do século XX, já sob predominância do anarco-sindicalismo, temos um número tímido porém crescente de greves nos grandes centros urbanos, as quais vão aumentar em um período de efervescência mundial, durante a revolução russa de 1917, com importantes reflexos no Brasil. O país vê então germinarem as idéias marxistas, correntes ideológicas como a socialista, a qual traz consigo novas idéias, tais que lutas de classes, impulsionando os proletários brasileiros a maiores reivindicações, como de fato acontece pelo país afora. Diversas greves paralisam quase todos os setores econômicos no primeiro quarto de século, conforme podemos perceber no quadro abaixo.

Quadro nº 1 – Greves de trabalhadores urbanos do Estado de São Paulo (1901-1929)⁴

| Ano | Número de Greves |
|-------|------------------|
| 1901 | 9 |
| 1902 | 10 |
| 1903 | 3 |
| 1904 | 7 |
| 1905 | 7 |
| 1906 | 9 |
| 1907 | 17 |
| 1908 | 23 |
| 1909 | 4 |
| 1910 | 1 |
| 1911 | 5 |
| 1912 | 17 |
| 1913 | 6 |
| 1914 | 1 |
| 1915 | 6 |
| 1916 | 5 |
| 1917 | 14 |
| 1918 | 4 |
| 1919 | 37 |
| 1920 | 13 |
| 1921 | – |
| 1922 | 13 |
| 1923 | 7 |
| 1924 | 1 |
| 1925 | – |
| 1926 | 1 |
| 1927 | 2 |
| 1928 | 6 |
| 1929 | 7 |
| TOTAL | 235 |

⁴ Conforme, SIMÃO, Azis, in PEDROSO, Elizabeth M.K. *Op. cit.*

São criados diversos grupos comunistas no país. Segundo Linhares⁵, em 1918 já existia no Rio Grande do Sul, na cidade de Livramento, uma Liga Comunista, a primeira neste estado. As ligas comunistas precedem a fundação do Partido Comunista Brasil em 1922, que foi durante anos de grande importância para os movimentos sociais e para a luta dos trabalhadores. A força e a proporção que as idéias comunistas assumem no país estão expressas nas palavras de uma jornalista:

(...) hoje a gente faz greves e apanha os atrasados em algum elemento. Um dia a gente faz a revolução e toma logo tudo(...) Civilização só chega onde operário pisa. Se o operário faz tudo ele é dono de tudo. É para resolver essa questão que o comunismo erra. Ele não demora. O comunismo é invencível (...) é como o vento. Quem segura o vento quando ele começa a soprar? ⁶

Mesmo em um sistema dominado pelas elites agrárias e controlado pela política dos governadores, quando se alternavam no poder os estados de São Paulo e Minas Gerais, na chamada Política do Café com Leite, e com eleições manipuladas pelo voto a cabresto, os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores urbanos foram assumindo proporções cada vez maiores, proliferando-se associações e organizações sindicais de âmbitos variados.

A imprensa sindical e partidária tomou força, surgiram diversos jornais populares, as greves se acentuaram e ocorreram vários congressos sindicais de cunho sócio-político, marcando, assim, a história das classes trabalhadoras como construtoras de movimentos sociais e questionadoras de uma sociedade que detinha o capital que favorecia poucos.

Em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, inicia-se uma nova e longa fase na vida dos trabalhadores. Embora não tenha havido alteração na classe detentora do poder, nem transformações na relação de produção ou forma de propriedade, passaram a coexistir, sob a égide varguista, grupos antagônicos: os latifundiários, que ainda possuíam força e capital suficientes para se manter entre a elite, e a classe industrial urbana.

Crescem as contradições entre as classes dominantes e Vargas adota um modelo de conciliação de interesses na tentativa de “apaziguar” as relações sociais, criando primeiramente o Ministério do Trabalho, Indústria

⁵ LINHARES, H. *Op. cit.*

⁶ PAIM, Alina, *Jornal A hora próxima*, São Paulo, 1955.

e Comércio (1932). Este surge com a finalidade de ser um mediador entre capital e trabalho, isto é, um órgão estatal capaz de manter sob a tutela do estado as relações trabalhistas. Com isso os sindicatos foram perdendo gradativamente sua independência. O governo Vargas alterou profundamente as leis trabalhistas até então existentes, encampando grande parte das reivindicações dos operários, como por exemplo, férias remuneradas, jornada de 8 horas, carteira de trabalho obrigatória, direito à previdência social e à sindicalização, entre outras. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio surge portanto como controlador da ordem social.

Os sindicatos sofrem sérias restrições, numa tentativa do governo de frear sua crescente autonomia. Muitos têm suas atividades suspensas e líderes sindicais são perseguidos e presos. Através da Lei da sindicalização (decreto 19770), o governo impunha aos sindicatos o papel de “órgãos colaboradores do Estado”, isto é, incorporação de uma nova mentalidade na estrutura sindical e de um sindicalismo corporativista, devendo atuar em sintonia com o Estado e o empresariado.

Porém, apesar do rígido controle exercido pelo poder central, inicialmente muitas entidades sindicais conseguiram se manter fora dos laços coercitivos do estado denunciando manipulações, criando novas entidades inter-sindicais, como por exemplo, a Federação Operária de São Paulo, coligação dos Sindicatos Proletários, Federação sindical regional (RJ e SP), Confederação Sindical Unitária Brasileira, e ainda, realizando manifestações e greves.

Nesse momento marcado pela crescente repressão à atividades sindicais e trabalhistas, é criada em 1935 a ANL (Aliança Nacional Libertadora), que, segundo Linhares, “propunha-se a combater o fascismo. (...) e pugnar por uma política de independência econômica da nação, pela grande siderurgia e pelo não pagamento da dívida externa...”⁷

A participação do Partido Comunista foi fundamental na organização da ANL e na sua formação como movimento questionador do imperialismo contra o latifúndio e o grande capital. A Aliança propunha-se combater a inserção das idéias fascistas propagadas pela AIB (Ação Integralista Brasileira), a qual tinha como principal mentor, Plínio Salgado. Anulada a ação da ANL, sua importância permanece entretanto, como um movimento esquerdista que conseguiu agregar diversas classes sociais desde o proletário até o burguês e que, principalmente, evitou a hegemonia do fascismo no Brasil. A partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, o

⁷ LINHARES. *Op. cit.*

governo passa a intervir diretamente nos sindicatos, tendo estes em sua liderança os chamados “pelegos”, com a atuação nítida do “sindicalismo amarelo” contraposto aos sindicatos comunistas surgidos na Rússia em 1917. Em 1940 o governo acaba com os resquícios de autonomia que os sindicatos ainda possuíam. No contexto de Segunda guerra mundial, o Estado Novo reprimiu, torturou, cassou direitos, matou muitos. O controle dos sindicatos pela ação peleguista foi bastante rigoroso pelo menos nos primeiros anos do regime, como podemos ver no quadro nº 2, observando o número de greves em um grande centro urbano como São Paulo.

*Quadro nº 2 – Greves de Trabalhadores Urbanos do Estado de São Paulo 1930-1940*⁸

| Ano | Número de Greves |
|-------|------------------|
| 1930 | 12 |
| 1931 | 6 |
| 1932 | 24 |
| 1933 | 3 |
| 1934 | 20 |
| 1935 | 20 |
| 1936 | – |
| 1937 | 5 |
| 1938 | – |
| 1939 | – |
| 1940 | – |
| TOTAL | 90 |

Estes dados não significam dizer que não havia descontentamento, nem problemas envolvendo trabalhadores. Havia muitos, porém a ditadura varguista não permitia manifestações sindicais, preocupada com o processo que poderiam vir a desencadear através da sublevação das massas. Aliás, cultivava uma política de conciliação e de cooptação dos trabalhadores: é no Estado Novo que se inicia a consolidação do modelo populista, substituição ao “Estado de Compromisso” forjado no início da década de 30 entre as classes dominantes. Esse modelo pode ser traduzido, entre diversos outros

⁸ Dados extraídos de SIMÃO, Azis, in PEDROSO, Elizabeth M.K. *Op. cit.* p.127.130.

fatores, pelas formas corporativistas de associação, as quais tiveram como único beneficiado o grupo industrial. O populismo foi de certa forma tão ludibriante que conseguiu manter relativa paz social, à medida que Vargas intervinha na força de trabalho através da promulgação de “leis trabalhistas” que consistiam em apenas mais uma forma de controle sobre a mão-de-obra produtiva. Sobre estas leis trabalhistas, René Dreifuss nos informa que “o estabelecimento do salário mínimo em 1939, permitiu um nivelamento do salário para a força de trabalho urbana (...) a nível de subsistência.”⁹

A ditadura se firma em 1943 com a promulgação da C.L.T. (consolidação das leis trabalhistas), que vem legitimar o caráter populista e a política de conciliação de interesses de Vargas.

Com a proximidade do término da Segunda Grande Guerra e a vitória da “democracia” sobre o regime fascista, crescem movimentos internos no país. Não cabia mais ao Brasil um governo ditatorial que contrariasse as perspectivas de avançado capitalismo mundial. Mesmo que essa democracia tenha sido um ponto questionável em nossa história e que tenha se dado gradativa e incompletamente, proporcionou uma nova perspectiva, sob os olhos dos trabalhadores e de suas organizações.

Em 1945 é decretado o fim do Estado Novo e com ele, alguns mecanismos fundamentais no processo de castração dos anseios por justiça social. Neste período verifica-se uma grande mobilização e capacidade organizatória por partidos trabalhadores, bem como a tentativa, por parte do estado, de dispersar essa mobilização com a criação de entidades de caráter assistencial, como o SESI (Serviço Nacional e Indústria) e o SENAI (Serviço Nacional e Aprendizagem Industrial) e ainda, a criação de um partido que conseguisse reunir os trabalhadores esquerdistas, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) proposto por Vargas para legitimar suas propostas. A criação do PTB é uma nova tentativa de controle das massas, porém sob vias aparentemente democráticas e legais. Este surge exatamente quando o PCB, de volta à legalidade, sofre um surto de crescimento e toma a liderança da maioria das organizações populares. Seu crescimento é espantoso e contínuo: em 1947 o Partido Comunista Brasileiro tinha cerca de duzentos mil membros.

Esse crescimento assusta as classes dominantes as quais vão colocar o PC, em 1947, novamente na ilegalidade. No ano seguinte todos os seus parlamentares são cassados, eliminando assim qualquer possibilidade de atuação política do Partido Comunista Brasileiro.

⁹ ARMAND. *A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1964. Capítulos I e IV.

Os anos 50 e 60 constituem-se nas décadas mais expressivas em termos grevistas. Os trabalhadores levantam-se contra todas as formas de expressão até então exercidas. No ano de 1948 as lutas operárias levam mais de cem mil trabalhadores à greve. A partir desta data esse número é notadamente crescente e expressivo. Em 1949 o movimento grevista cresceu 100% levando aproximadamente 200 mil grevistas à paralisação dos seus trabalhos. Esse ano é particularmente muito importante visto que se realiza a IV Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro onde entra pela primeira vez em pauta, assunto que vai se consolidar como uma questão fundamental para a transformação estrutural do país, a Reforma Agrária, que passa a ser questionada em suas bases, discutida em sua amplitude e pensada como um problema vital e político:

para o PSB a reforma agrária era vital e urgente(...)a sorte das nossas instituições democráticas está subordinada à reforma agrária, sem a qual a democracia não terá jamais base suficientemente ampla e sólida e o nosso regime oscilará entre ditadura militar e a democracia aparente sem a integração das massas rurais na vida política do país não poderemos escapar do referido dilema.¹⁰

Podemos perceber claramente a importância da reforma agrária e sua vinculação direta com o futuro das instituições democráticas no país, visto que sem uma modificação na estrutura latifundiária vigente estaríamos fadados a viver sempre em condições hostis. A participação política do campesinato também é posta como fundamental, o que posteriormente vai ocorrer com as ligas camponesas no Nordeste. Inserida essa questão, o movimento grevista urbano continua a crescer muito em quantidade e importância, ganhando grandes aliados, os camponeses, os quais começam a reivindicar seus direitos e somar forças junto ao proletariado urbano.

Em 1951 ocorreu um movimento grevista no Rio Grande do Sul, entre os ferroviários e transviários: o número de grevistas no país ultrapassava 800 mil; a greve nacional dos marítimos paralisou 100 mil trabalhadores, enquanto a greve dos têxteis, metalúrgicos, ferroviários e gráficos paralisou mais de 300 mil em São Paulo. Em 1954 os grevistas ultrapassam um milhão e seiscentos mil, entre operários e camponeses.

Esse período que precede o Estado Novo e antecede o golpe de 1964 é caracterizado por inúmeras greves como podemos observar a seguir:

¹⁰ LINHARES. *Op. cit.*

Quadro nº 3 - Greves de trabalhadores urbanos no Brasil 1945-1963 ¹¹

| Anos | Número de Greves |
|-------|------------------|
| 1945 | 24 |
| 1946 | 96 |
| 1947 | 16 |
| 1948 | 34 |
| 1949 | 18 |
| 1950 | 9 |
| 1951 | 18 |
| 1952 | 15 |
| 1953 | 15 |
| 1954 | 10 |
| 1955 | 15 |
| 1956 | 15 |
| 1957 | 28 |
| 1958 | 29 |
| 1959 | 64 |
| 1960 | 69 |
| 1961 | 109 |
| 1962 | 111 |
| 1963 | 143 |
| TOTAL | 838 |

Constata-se, pois, o crescente descontentamento dos trabalhadores urbanos e, a partir da década de 50, dos camponeses do nordeste do país. Em 1954 em Pernambuco ocorrem 37 greves, paralisando 44 mil trabalhadores agrícolas. Durante todo o ano ocorreram cerca de 70 greves, ultrapassando o número de 60 mil grevistas. É a partir desse momento que a mobilização camponesa começa a se expandir pelo nordeste refletindo sua luta pelo país afora. Através dessa mobilização rural originam-se as Ligas Camponesas, “as quais surgem como necessidade do PCB de ampliar as suas bases políticas para além das fronteiras urbanas e concretizar a idéia de uma aliança operária camponesa para se contrapor ao latifúndio e ao imperialismo (...)”¹²

Podemos entender que mesmo na ilegalidade o Partido Comunista continuou atuando e articulando-se na tentativa de suavizar todas as formas

¹¹ WEFORT, Francisco. *O populiano na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

¹² AZEVEDO, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1952.

de opressão ao trabalhador urbano e rural. As ligas fundadas em quase todo o país foram instrumentos de organização e mobilização das massas rurais pelo PC, que toma para si reivindicações específicas. As mais expressivas ligas e associações encontraram-se em Pernambuco, dirigidas por um militante comunista chamado José dos Prazeres, cujo papel será fundamental na formação da liga do Engenho Galiléia.

No curto período de legalidade do PC este não conseguiu formar bases sólidas e vê a maior parte dessas entidades se dissolver. As tentativas posteriores de formação de associações de camponeses trabalhadores foram sistematicamente reprimidas, seja através da polícia, seja através da intimidação do patronato mediante não pagamento do salário ou rescisão dos contratos de trabalho.

A atuação das ligas camponesas na luta social agrária do país tem especificamente seu início com a criação da SAPPP (Sociedade Agrícola de Plantadores da Galiléia), cujo objetivo principal era combater o aumento do foro e garantir algumas resoluções assistenciais, como a formação de um fundo para assistência médica e jurídica, a criação de escolas e uma caixa funerária para associados. Este engenho agrupava 140 famílias que se dedicavam à produção de subsistências num total de mil pessoas em 500 hectares de terra. A organização dos foreiros do Engenho Galiléia representava uma ameaça ao latifúndio. Dessa forma inicia-se um período de pressões policiais e patronais. A resistência dos integrantes da SAPPP só seria possível se a organização rompesse os limites locais e alcançasse respaldo jurídico e político a nível nacional. A Liga da Galiléia busca então assessoria jurídica na figura do advogado Francisco Julião, grande responsável pela futura prosperidade e consistência que as ligas camponesas iriam tomar. Julião consegue transpor os limites locais e transformar as ligas em fator político conflitante entre proprietários de terra e camponeses. A questão agrária no nordeste era manipulada pelos latifundiários, os quais possuíam controle sobre a imprensa e influência nos órgãos administrativos e no próprio governo. Essa situação só começa a se modificar quando, durante o governo de Juscelino Kubitschek, ocorre um surto de modernização e industrialização no país, o que no nordeste não é diferente, porém em menor proporção, devido ao grande domínio local do latifúndio. Essas modificações vão se dar, porque começa a emergir uma burguesia industrial que vai entrar em choque com a oligarquia tradicional da região.

A ameaça de modernização proposta pela burguesia diverge dos interesses das velhas classes dominantes ainda presentes no controle sócio-político e econômico do país. Em um clima desenvolvimentalista de nacionalismo, modificam-se também os seguimentos populares, os quais

começam a assumir um caráter democrático e nacionalista. Nesse contexto, Pernambuco vai passar por profundas mudanças políticas e ideológicas a partir de 1957. O bloco agrário dominante vai-se romper e possibilitar a coligação das oposições, conhecidas como Oposições Unidas de Pernambuco¹³, quebrando a longa hegemonia mantida pelo PSD e seus latifundiários conservadores .

Desde 1955, com a realização do Congresso de Salvação do Nordeste, muitas questões pertinentes começaram a ser amplamente debatidas e amadurecidas no seio das classes trabalhadoras, resultando na Carta de Salvação do Nordeste, que denunciava a arcaica estrutura fundiária concentradora de renda, a disparidade regional e a estagnação econômica nordestina, exigindo por parte do governo nacional profundas modificações. A realização deste congresso sela uma união entre setores populares e seguimentos mais liberais, dissidentes da classe dominante. É a partir dessas discussões que a questão social passa a ser reconhecida e legitimada como um problema regional. A realização, no mesmo ano, do I Congresso Componês de Pernambuco, com aproximadamente 3000 camponeses, foi de suma importância para a consolidação do movimento camponês e a primeira grande manifestação em apoio aos foreiros do Engenho Galiléia. Neste congresso a SAPPP assume proporções estaduais e compõe a primeira diretoria das ligas.

Os setores oposicionistas de Pernambuco deflagram algumas greves com o apoio da burguesia industrial, atitudes estas que vão consolidar a união oposicionista. O governo elitista encontra-se isolado, apenas com o apoio das oligarquias mais tradicionais. Com a queda da oligarquia pesadista ocorre um fortalecimento das instituições democráticas dos setores progressistas e das ligas camponesas, que levantam sua bandeira de luta pela Reforma Agrária. Com a posse do governador das oposições unidas, Cid Sampaio, Francisco Julião começa a pressionar o estado abertamente no sentido de desapropriar o Engenho Galiléia e distribuir suas terras aos foreiros ali residentes. A desapropriação foi aprovada em 1959 mediante muitas manifestações populares e acirrados debates locais e regionais. A imprensa sulista acusa o governo do estado de Pernambuco de incitar e estimular a violência “dando terra aos trabalhadores”. O grande medo das classes dominantes e da própria imprensa muitas vezes comprometidas com tais interesses era de que a desapropriação do Engenho Galiléia servisse de exemplo para outros possíveis movimentos sociais do mesmo tipo.

¹³ UDN, PTB, PSB e PCB.

Entretanto, o episódio não se constituiu num ato revolucionário, pelo contrário, foi um ato de exceção, realizado dentro dos parâmetros constitucionais e sob controle do governo.

Para efeito de análise podemos dividir a prática política das ligas em três fases: a primeira consiste basicamente no período em que se dá a organização dos componentes correspondendo à fundação da SAPPP, com a posterior denúncia das condições sociais, transformando a questão agrária numa questão social e política. A segunda fase inicia-se pós-expropriação do Engenho Galiléia, com uma virada política e ideológica nas ligas. É neste momento que alguns líderes das ligas visitam Cuba e conhecem seu sistema de reforma agrária, dando total apoio à questão cubana. Porém no Congresso do PCB (1960), a tese dos comunistas vinculados às ligas é derrotada, estremecendo a relação das ligas com o PCB, que acredita ser inoportuno esse apoio, visto o momento eleitoral que se vivia e a proporção que as ligas haviam alcançado. Por fim, a terceira fase expressa uma profunda crise nas ligas: ocorrem dissensões político-ideológicas entre as facções internas, levando à perda da hegemonia do movimento social agrário para os sindicatos rurais estimulados pelo Estado, na tentativa de controlar as lutas no campo.

Uma questão bastante relevante é contextualizarmos o nascimento das ligas camponesas; essas surgem no período imediato ao fim do Estado Novo, mas só vão tomar consistência na metade da década de 50, quando nacionalmente o presidente Kubitschek adotará uma política de abertura ao capital estrangeiro, fortalecendo o processo urbano-industrial, proporcionando condições para que surja uma burguesia financiada por este capital, abalando assim as bases do bloco agrário conservado até então dominante. É neste contexto de divergência dos interesses das classes dominantes que as ligas se insurgem com movimentos sociais reivindicatórios e questionadores da estrutura fundiária dominante.

O governo de Juscelino Kubitschek é marcado pela grande entrada de capital estrangeiro e a conseqüente industrialização do país, feita rapidamente, sem cálculo a longo prazo. O Brasil crescia e ao mesmo tempo se aprofundava em uma exorbitante dívida externa. As classes trabalhadoras do campo e da cidade estavam cada vez mais oprimidas pelo grande capital. Durante o governo seguinte, João Goulart, na condição de vice-presidente e petebista, colocou-se ao lado dos trabalhadores, perpetuando a forma populista de Getúlio, na tentativa de sustentar sua base social. No decorrer de 1959, começam a vir à tona as divergências entre João Goulart e governo, devido a diversas medidas tomadas pelo Ministro da Fazenda, Lucas Lopes,

na tentativa de executar um programa de estabilização financeira, segundo diretrizes do FMI.¹⁴

As medidas não conseguiram conter a galopante inflação, aumentando os conflitos sociais e a inquietações políticas. A renúncia de Jânio Quadros, apenas sete meses após assumir a presidência, expressava claramente essa necessidade de mudanças, as quais não teve condições nem capacidade para realizar. A única atitude de Jânio foi afundar ainda mais a máquina pública, em sua tentativa de moralizar a burocracia estatal. No momento de sua renúncia Goulart encontrava-se em visita à China comunista, em uma situação delicada e utilizada largamente pelas forças reacionárias, as quais diziam ser ele (Goulart) um perigo, uma vez que iria instaurar aqui uma República Sindicalista, nos moldes russos e chineses. O que ocorreu, é que Goulart não era bem visto pela extrema-direita, uma vez que possuía grande liderança sobre os trabalhadores e sindicatos, ameaçando a elite conservadora e seus seculares privilégios. O fato de Jango se encontrar em um país comunista caiu como uma luva para que se pudesse forjar um motivo para impedir a sua posse como presidente. Assim começa a se solidificar na mentalidade social a idéia de comunização do país, feita de forma inescrupulosa e tomada de infâmia e mentiras.

Desse modo, é instaurado o parlamentarismo, regime que se mostrou, em seu curto período de existência, segundo Caio Toledo, “administrativamente ineficiente e politicamente inviável.”¹⁵ Foi um período que nasceu com diversos problemas herdados do governo Kubitschek e precisaria resolver de forma imediata a crise econômico-financeira aprofundada na curta administração janista. A partir de 1961, começam ocorrer grandes inquietações sociais no campo e na cidade, aumentando consideravelmente o número de greves. A própria composição do primeiro gabinete ministerial iria refletir a contradição social e econômica pela qual o Brasil passava. Esta composição era eminentemente conservadora, entrando constantemente em choque com um presidente nacionalista e reformista, postura que Jango assumia cada vez mais. Uma das questões que mais acirrou esse antagonismo do regime parlamentarista foi, sem dúvida, a questão da reforma agrária, vista com medo pelas forças conservadoras, uma vez que comprometeria a burguesia ligada ao latifúndio e subordinada ao capital internacional. João Goulart acreditava estar na reforma agrária uma das saídas para amenizar a concentração de renda e as desigualdades sociais. O país vivia portanto um clima tenso de convulsão social. Os conflitos no sul e no

¹⁴ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

¹⁵ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o Golpe de 1964*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

norte alcançaram maior amplitude, o povo saía às ruas, saqueava mercados e armazéns.¹⁶

No decorrer de 1962, o antagonismo entre o presidente e o congresso vem à tona. O primeiro Gabinete do Ministério não resiste e cai. Para a formação de um novo gabinete seria inviável um conchavo de forças, tendo em vista as grandes divergências entre o presidente e o congresso. Nesse acirrado jogo de forças, uma greve geral toma conta do país, em apoio a Jango, que habilmente consegue formar um novo gabinete, agora de centro com orientação reformista, acelerando-se, dessa forma, o processo de extinção do parlamentarismo. Nesse contexto de divergências e aprofundamento das crises sociais, em que o proletariado amadurecia politicamente como classe, os líderes sindicais formaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA), entre outras associações de trabalhadores, conforme mostra o quadro abaixo:

*Quadro nº 4 – Centrais sindicais de trabalhadores no país 1900-1983*¹⁷

| Ano | Entidade Central de Trabalhadores |
|------|--|
| 1908 | COB – Central Operária Brasileira |
| 1912 | CBT – Central Brasileira dos Trabalhadores |
| 1921 | CSCB – Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira |
| 1929 | CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil |
| 1935 | CSUB – Confederação Sindical Unitária Brasileira |
| 1945 | MUT – Movimento Unificador dos trabalhadores |
| 1946 | CGTB ou CTB – Confederação (Geral) dos Trabalhadores do Brasil |
| | CNT – Confederação Nacional dos Trabalhadores |
| 1948 | UGT – União Geral dos Trabalhadores |
| 1953 | Pactos Intersindicais |
| | PUI – Pacto de Unidade Intersindical |
| | PUA – Pacto de Unidade de Ação |
| | PAC – Pacto de Ação Conjunta |
| | PIS – Pacto Intersindical |
| 1962 | CGT – Comando Geral dos Trabalhadores |
| 1963 | UST – União Sindical dos Trabalhadores |
| 1983 | CUT – Central Única do Trabalhadores |

¹⁶ BANDEIRA, M. *Op. cit.*

¹⁷ PEDROSO, Elizabeth M. K. *Movimento sindical urbano no Brasil*. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

Essas entidades não somente reivindicavam economicamente, queriam poder de decisão sobre a administração pública, sobre a política adotada e ainda sobre a composição de forças que atuavam politicamente. Embora “essas forças populares representassem um novo dado na composição social e ameaçassem a elite não se constituíram guiadas por diretrizes próprias; normalmente se atrelavam à política burguesa, adotando um sentido conciliatório.”¹⁸ Ainda assim tiveram participação importante no momento político que o país vivia. A situação se agravava, o congresso encontrava-se pressionado para aprovar o plebiscito; os comandantes do I, II e II Exército pronunciaram-se dizendo que se este demorasse a ocorrer, não conseguiriam conter o povo caso esse se insurgisse. O que ocorreu é que João Goulart soube manobrar muito bem as situações durante o regime parlamentarista, fazendo que o próprio caísse em contradição, de maneira que o parlamentarismo aparece então como ineficiente e inviável para praticamente todos os setores da sociedade. O presidencialismo é restituído aos poucos e ratificado nas urnas em janeiro de 1963. João Goulart acreditou, enfim, poder realizar suas Reformas de Base¹⁹; o governo preocupou-se em defender a economia nacional, através de uma série de importantes medidas; internamente, preocupou-se com a questão social. No campo trabalhista, Jango determinou a venda de conjuntos residenciais construídos pelo Instituto de Previdência Social, beneficiando cerca de 100.000 famílias; instituiu aposentadoria todavia especial em função da natureza do serviço e incentivou a formação de sindicatos rurais, os quais aumentaram de 300 para 1.500. A sindicalização rural proposta pelo governo consistiu em mais uma tentativa de controle de organizações de trabalhadores, que, com a interferência do Estado, perdem gradativamente sua autonomia de luta. Entre suas realizações Goulart tentou recuperar a política nacionalista de Vargas, reorientando o processo de industrialização de base, para produzir bens de capital com o objetivo de viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo. Porém suas medidas contrariavam os interesses de poderosos cartéis internacionais, sobretudo norte-americanos; estava travada a luta das propostas nacionalistas-reformistas *versus* grande capital multinacional e associados. Os interesses da elite eram assombrados por toda e qualquer forma de mobilização popular; as organizações aliadas às propostas nacionalistas por si só constituíam em motivo para depor o presidente, de forma a impedir que as forças populares tomassem o poder e instaurassem o “comunismo”. A propagação dessas idéias foi amplamente

¹⁸ BANDEIRA, Moniz. *Op.cit.*

¹⁹ Reformas política, universitária, constitucional e agrária.

divulgada por setores da classe média, do exército, da imprensa e da Igreja, os quais encontravam-se amplamente comprometidos, mesmo que indiretamente em alguns casos, com os interesses da burguesia. A divulgação de idéias como comunização e revolução bolchevique em curso não passavam de mero pretexto para legitimar as atividades antidemocráticas da elite burguesa e de militares conservadores. Além da deturpação dos ideários esquerdistas e nacionalistas, a inflação galopante, aguçava as lutas sociais. O operariado estava com seu poder aquisitivo defasado, deteriorado por um capital multinacional que ditava as regras econômicas do país. Houve então uma crescente mobilização de trabalhadores urbanos e rurais em defesa de seus interesses. Essa união entre proletário e camponês constituía-se em uma poderosa força política, ameaçando interesse maiores. Em fins de 1963 as greves, no Rio de Janeiro e São Paulo, atingiram quase todos os níveis e categorias profissionais. Bandeira relata que, ao longo de 1963, houve 50 greves no Rio de Janeiro. Só em 15 dias de janeiro de 1964, foram 17.²⁰ Estas não eram somente urbanas; as invasões de terra se sucediam por várias regiões do país, resultando, muitas vezes, em confronto armado e mortes. Goulart resolve elaborar lei, sobre as terras situadas às margens de rodovias federais e açudes, fato este que acirra ainda mais a extrema direita e os conservadores envolvidos com o latifúndio.

A questão agrária radicalizou as posições políticas e comprometeu o andamento de todas as outras reformas de base. É então proposta a união da esquerda como tentativa de se fortalecer e pressionar o Congresso na aprovação de medidas vitais para a concretização de profundas mudanças no país. Esta união não chega a se concretizar em virtude de alguns setores não aceitarem a legalização do PCB, proposta para o acordo de união. Enquanto o governo e seus aliados encontravam-se discutindo questões menos relevantes, a direita arquitetava o golpe, armando-se e articulando-se em diversos setores, principalmente dentro do exército. A esquerda encontrava-se impossibilitada de reação, visto que seguia as ingênuas orientações de João Goulart, de que qualquer realização fosse feita dentro da lei. Jango acreditava poder concretizar suas propostas nacionais reformistas através de medidas legais.

Em 13 de março de 1964, o presidente convocou a população para um comício no Rio de Janeiro, em apoio e defesa das reformas de base: foi uma das maiores concentrações populares que o país já teve, com aproximadamente 1 milhão de pessoas. Simultaneamente, ocorria em outras capitais

²⁰ BANDEIRA, Moniz. *Op. cit.*

o mesmo comício, organizado por lideranças regionais e locais. Goulart pregou abertamente a necessidade de mudanças na Constituição, a qual trazia consigo uma estrutura econômica defasada e injusta. As reformas de base, porém, não eram proposta socialistas e sim reformas democrático-burguesas que pretendiam viabilizar o capitalismo brasileiro; a reforma agrária em particular constituía-se em um instrumento para ampliação do mercado interno.

Após o comício, a agitação dos setores elitistas conservadores aumentou em grande proporção. Entidades de classe média, financiadas pela CIA e por empresários preparavam a “Marcha da família, com Deus pela liberdade”, utilizando-se de preceitos religiosos e católicos para atizar a propaganda anticomunista.

Parcelas significativas da sociedade posicionaram-se à direita, engrossando as fileiras reacionárias contra o governo Goulart. Dessa forma rompe-se a equilíbrio, até então aparente de forças, e o golpe começa a ser delineado claramente.

Goulart, ao perceber a articulação que se movia contra sua pessoa e seu governo, resolve agir, atacando diretamente aqueles que o prejudicavam, porém agiu tarde demais; confiou por muito tempo na fidelidade de alguns setores às suas propostas nacionalistas, entre estes o próprio setor nacionalista do exército, o qual foi pequeno se comparado à idéia de comunização apregoada nos seio conservador do exército. A conspiração se acelerou; esperava-se apenas um pretexto para o golpe, e este veio preparado pela CIA. A crise da Marinha eclodiu e caiu como uma luva para atos violentos e armados. Essa revolta foi forjada no sentido de colocar a opinião do exército contra o governo. Houve também um fator determinante no desencadeamento do golpe, que foi, durante esses acontecimentos militares, a quebra de hierarquia e o desrespeito à Constituição.

Com o golpe militar de 1º de abril de 1964, encerrou-se o sonho de milhares de trabalhadores rurais e urbanos, sonho de profundas modificações na estrutura do país, talvez as mais viáveis até hoje propostas, talvez as mais corajosas e coerentes (reforma agrária, sindicalização rural, apoio à CTG, direto a greves, limitação de remessas ao exterior, nacionalização de empresas), mas com certeza, as mais ameaçadoras para uma burguesia atrelada ao capital internacional, para o latifúndio arcaico e concentrador de renda, para todos os setores a serviço do capitalismo excludente e castrador da justiça social.